



Osvaldo Cabral
osvaldo.cabral@diariodosacores.pt

DIÁRIO
inconveniente

Freguesias fantasmas

Há um fenómeno de há muito tempo nalgumas freguesias açorianas, que continua em marcha, que está a matar aos poucos a identidade das comunidades rurais ou não urbanas.

A quantidade de casas abandonadas e em ruínas nos centros das freguesias é uma dor de alma para quem habita nessas comunidades, que vai assistindo à morte lenta da dinâmica destes locais.

Não percebo porque as autarquias e governo continuam a insistir na compra ou expropriação de terrenos para loteamentos nas cinturas das freguesias, deixando ao abandono as casas devolutas nos centros, tornando-os numa comunidade de ruas desertas e sem vida, enquanto ao seu redor nascem novas urbanizações aos molhos, criando uma espécie de outra “nova” comunidade em concorrência com a “velha” do núcleo da localidade.

Não é preciso ser perito na matéria para perceber que alguma coisa está errada na estratégia habitacional dos municípios e do governo, que incentivam essas novas construções e deixam ao abandono as ruas antigas das comunidades.

Os centros de muitas freguesias estão a tornar-se em lugares fantasmas e, com isto, perde-se a história e a identidade de uma comunidade, quando devia acontecer o contrário.

Sei que existem apoios oficiais e programas de recuperação de moradias antigas, mas eles são tão desconhecidos dos cidadãos como são tão burocráticos ao ponto de desmotivarem qualquer interessado.

É preciso recuperar e requalificar os edifícios nos centros das freguesias com mais intensidade nos programas de apoio junto dos cidadãos e até adquirindo ou expropriando casas abandonadas, que deveriam ser entregues a casais jovens necessitados.

Fazer isso é dar vida às freguesias.

Não as deixem morrer.

BOAS NOTÍCIAS - O Secretário Regional das Finanças deixou boas notícias no Parlamento, durante a apresentação do Plano e Orçamento para 2025.

A privatização dos campos de golfe, das empresas SEGMA e Globaleda, de algumas áreas do IAMA e da Lotaçor e a alienação de imóveis que são património da Região são boas notícias para os bolsos dos cidadãos.

Os governos não são eleitos para gerirem empresas, muito menos quando elas pesam nos nossos impostos, que devem ser aplicados noutras áreas que nos tragam riqueza social e económica.

A promessa de que o governo quer mudar o perfil da economia açoriana com “menos economia pública e melhor serviço público; mais economia privada e melhor remuneração do emprego”, é um bom sinal, mas que tem que ser aplicado a todo o vapor e não ficar apenas no papel.

Está na hora, há muito tempo, de travar o monstro administrativo público, que afoga o nosso desenvolvimento.

A trajectória de um descontrolo continuado das contas públicas só nos tem prejudicado e vão ter efeitos terríveis nas próximas gerações.

Já temos o buraco enorme na SATA (já agora, onde estão as contas do 3º trimestre?), outro na Lotaçor e a Portos dos Açores será o próximo foco de preocupação, porque lhe mandam fazer infraestruturas sem dinheiro.

O sector empresarial público já vai com cerca de 800 milhões de euros de dívida e se somarmos a esta desgraça a dívida da Região a fornecedores, nem com mais um orçamento anual alteramos esta trajectória insustentável.

Já tivemos a SINAGA, a Azorina, a Sudaçor, a Espadapesca e a Santa Catarina que nos custaram mais de mil milhões de euros e acabaram como todos sabemos.

Queremos repetir a história?



Um leitor atento da ilha Terceira enviou-me estas fotos sobre o estado degradante em que se encontra o edifício dos serviços de Desenvolvimento Agrário naquela ilha.

Até fizeram uma escada em paletes!

Quando andamos a criticar a República por deixar ao abandono o seu património na região, este não é um bom exemplo que damos aos outros.

A Secretaria da Agricultura devia ouvir o que disse esta semana no parlamento o Secretário das Finanças: “Queremos fazer uma verdadeira reforma do património regional, atualizando as suas referências cadastrais, recuperando o que for de recuperar e alienando o que for de alienar. O património móvel e imóvel da Região não pode continuar ao abandono. Com a sua gestão e otimização queremos dignificar e valorizar os bens, poupar em rendas e colocar à disposição dos privados o que não tem interesse para os serviços públicos”.

Podem começar por este edifício.